



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega de novas viaturas ao Departamento de Polícia
Rodoviária Federal**

São Caetano do Sul, SP, 29 de março de 2004

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Meu caro Ray Yong, presidente da GM do Brasil,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro José Carlos da Silveira Pinheiro Neto, vice-presidente da GM,

Meus companheiros e senhora Maria Ivot Pinheiro,

Meu caro Tortorello, prefeito de São Caetano,

Meu caro companheiro Filippi, prefeito de Diadema,

Maria Inês, prefeita de Ribeirão Pires,

Oswaldo, prefeito de Mauá,

Ramon, de Rio Grande,

Se tiver mais, não está aqui na minha lista.

Senhor Hélio Cardoso Derene, diretor do Departamento de Polícia
Rodoviária,

Meus companheiros e companheiras da Polícia Rodoviária,

Meus companheiros e companheiras da GM,

Meu caro deputado Vicente Paulo da Silva,

Meu caro deputado Luizinho,

Meu caro deputado João Herman,

Meu caro deputado Devanir Ribeiro, Jamil Murad,

Meu caro Ivan Valente, Bernardo Ortiz, Gonzaga Patriota,

Meu caro Eduardo Suplicy, senador da República,

Meu caro companheiro Aparecido, presidente do Sindicatos dos
Metalúrgicos de São Caetano,



Meu caro Feijóó, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC,
Meu caro Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,
Meu caro Afif Domingos, da Associação Comercial,
Meu caro e querido companheiro Guiba, delegado Regional do Trabalho
do estado de São Paulo,
Eu não sei se eu esqueci o nome. Ah, está aqui o nome do deputado
Gonzaga Patriota,
Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, se o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Rodoviária
quiserem ter sempre um carro novo, é possível trocar de carro todo ano.
Porque os metalúrgicos faziam assim, aqui, no ABC: comprava-se um carro
com uma certa isenção, depois de um ano vendia-se, e o dinheiro da venda do
carro usado dava para comprar um carro zero quilômetro com a isenção de
impostos que se tinha.

Segundo, porque não é prudente ficar com carro velho. Um carro, a cada
ano que passa, vai perdendo o valor. Então, se puder vendê-lo quando ele
estiver inteiro e comprar um mais inteiro ainda, eu acho que é uma política
inteligente. Apenas deve-se tomar cuidado porque, no Brasil, as pessoas
costumam criticar esse tipo de comportamento, ou seja, as pessoas preferem
que a Polícia Rodoviária, às vezes, esteja com um carro andando com o
escapamento arrastando no chão porque, se comprar um novo, alguém vai
dizer que está gastando dinheiro à toa. Como se não fosse necessário a Polícia
Rodoviária estar melhor equipada que os ladrões ou os traficantes que
perambulam pelas estradas brasileiras.

Eu acho extremamente importante, neste ato, dizer para vocês que eu
venho a São Caetano e não me sinto honrado apenas por ser o primeiro
presidente a estar em São Caetano, mas também porque fui morador e
pescador de São Caetano. Pesquei no rio dos Meninos, quando se podia



pescar nesse rio. Mas eu estou aqui para dizer algumas palavras para vocês que eu acho importante dizer.

Na semana passada, o presidente do Banco Central foi ao Senado fazer um debate. Eu, há tempos, tenho pedido para que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central se exponham a qualquer público, em qualquer debate para que a gente possa aferir – não os números ideais que nós queremos projetar para o futuro – mas aferir, com dados comparativos, o que nós éramos e o que nós somos hoje. Digo isso sem medo, pois não temos porque não enfrentar todo e qualquer público para debatermos a situação econômica do país.

Eu, uma vez, ouvi um ministro do Trabalho dizer para mim – quando estava iniciando a minha vida no movimento sindical – o seguinte: “o trabalhador que se contenta com o salário que ganha, não merece o que ganha. Um povo que se contenta com a política econômica que tem, não merece essa política econômica.”

É preciso que o ser humano esteja sempre brigando para aperfeiçoar as coisas que temos que aperfeiçoar. Têm produtores de álcool neste recinto, e é importante a gente lembrar o que era o drama e a angústia, em março do ano passado, quando fizemos a primeira reunião convocada por mim, em que compareceram todos os empresários. Primeiro, os produtores de álcool, depois a indústria automobilística, para medir com o que é hoje. Não dá para medir apenas com o que falta fazer daqui para a frente. Para a gente medir como é a situação hoje e como era a situação há um ano.

Há um ano os produtores de álcool neste país não tinham nenhuma esperança e nenhuma expectativa de que no Brasil nós pudéssemos voltar, como na década de 90, a produzir carro a álcool. Havia uma reivindicação do movimento sindical e esse era tão humilde, que muitas vezes pedia para que o Governo comprasse uma frota.



O Governo deveria ter uma frota verde. Passado um ano e três meses, não é o Governo que tem uma frota verde, é que a indústria automobilística brasileira compreendeu, de forma inteligente, que um país que conseguiu, ao longo de 30 anos, criar a energia alternativa que conseguimos, renovável como é o álcool, menos poluente e geradora de empregos de forma extraordinária, não poderia prescindir de ter o álcool como política de energia para o país. Nós não poderíamos e não poderemos.

E agora, o que estamos vendo (...) não é mais o cidadão escolher se ele quer um carro a álcool ou um carro à gasolina. Com o mesmo dinheiro ele vai comprar os dois e, se Deus quiser, logo uns três, porque já estão pensando em colocar gás também no carro.

Então, o cidadão vai ter três opções e vai poder, livremente, de acordo com os preços de mercado, encher o tanque do seu carro e ir trabalhar ou passear com a sua família. E isso se deve à determinação do Governo, dos empresários, tanto dos produtores de álcool, quanto da indústria automobilística.

Ou seja, nós voltamos a acreditar que as soluções para os problemas dos brasileiros estão dentro e não fora do Brasil. Se bem que não poderemos nunca prescindir do alto crescimento das nossas exportações, como está acontecendo até agora, para nossa alegria e felicidade.

Ao mesmo tempo, esta semana eu fui criticado num jornal porque dizem que eu ajudei a indústria automobilística, e o setor metalúrgico. Eu não fiz nada mais e nada menos do que qualquer cidadão de bom senso fez ao longo da história da indústria automobilística neste país, um setor de ponta da economia, um gerador de empregos de mão-de-obra altamente qualificada que, quando está em crise, é importante que o Governo tenha a capacidade de se sentar com os trabalhadores e com os empresários e encontrar uma solução.

E foi o que nós (...) usar na venda dos carros que estavam encalhados o ano que vem, fazendo com que durante seis meses a gente tivesse isenção do



IPI. E podem ficar certos de que o Estado não perdeu nessa, porque se deixou de entrar um centavo no caixa do Estado, deve ter entrado muito mais por conta do emprego e do salário que os trabalhadores continuaram recebendo, sem que sejam dispensados.

É muito engraçado o momento que estamos vivendo no Brasil. Os que se preocupam com política vão perceber que há muitos anos a gente não vive um momento de otimismo como deveríamos estar vivendo neste momento. Por que otimismo? Otimismo, porque o Governo tem mais dinheiro para investir do que teve no ano passado. Otimismo, porque os juros, se não são os ideais, estão mais baratos do que já estiveram. Nos últimos dez anos o juro é real. Otimismo, porque os bancos de investimentos têm muito mais recursos para investir do que tiveram nos anos anteriores. Otimismo, porque do ponto de vista da infra-estrutura, nós temos condições de fazer muito mais do que já foi feito nos últimos anos. Deveríamos estar otimistas porque o Brasil continua vendo a sua credibilidade internacional crescer, a cada dia que passa. Otimistas, porque sabemos que o crescimento econômico que desejamos vai gerar, senão todo, pelo menos parte dos empregos que nós tanto queremos na economia e no desenvolvimento do nosso país.

E quando venho a uma indústria automobilística do porte da GM, e fico sabendo que nunca veio aqui, antes, um presidente da República, é de se perguntar onde iam os presidentes da República que não visitavam as fábricas, que são responsáveis por grande parte da economia do nosso país.

Eu estou aqui não apenas por causa da venda, ou melhor, da compra de pouco mais de 300 carros para a Polícia Rodoviária Federal, mas porque precisava vir aqui para dizer a vocês que o Brasil nunca teve, nos anos recentes, as possibilidades que tem para os próximos anos. Nós vamos, outra vez, bater recorde na agricultura; nós vamos outra vez, bater recorde nas nossas exportações. Certamente a economia brasileira vai crescer, se não o tanto que gostaríamos que ela crescesse, mas vai crescer o que é possível



crescer.

É importante que todo mundo saiba que o Brasil ainda tem uma economia vulnerável. E não sou eu que digo isso, qualquer pessoa neste país que acompanha a economia, sabe que a gente ainda tem uma economia altamente vulnerável. Vulnerável porque devemos muito, porque parte da nossa dívida está dolarizada, porque os projetos que queremos ter para fazer uma verdadeira revolução na infra-estrutura deste país têm problemas.

Só para se ter idéia, nos últimos quinze dias eu já fiz duas reuniões com os ministérios de infra-estrutura para tentar destravar obras que estavam paralisadas desde 2001. Eram 35 hidrelétricas; 17 já estão em obras, 18 ainda precisam ser distribuídas. Só em gasoduto, a Petrobrás tem 6 bilhões e 800 milhões de reais para investimento. E temos problemas. Temos problemas, ou porque falta licenciamento, ou porque tem embargo da obra, ou porque há divergência entre as várias instâncias do próprio Governo que deveriam desobstruir isso.

E como eu não sou homem de ficar chorando as coisas que não aconteceram, quero fazer as coisas acontecerem. Por isso estamos tratando de tentar desobstruir todos os entraves. E quando eu digo desobstruir, não falo em passar por cima das normas ou passar por cima das leis, sejam elas as que defendem o Ministério Público, sejam elas as que defendem o ministério do Meio Ambiente. O que nós queremos é fazer definitivamente as obras, com a qualidade ambiental e a legalidade com que precisam ser feitas, porque o Brasil não pode continuar a ser o paraíso das obras paralisadas, como fomos durante muito tempo.

Sempre que venho a uma fábrica, eu me sinto muito mais otimista para falar as coisas que, muitas vezes, eu não posso falar. Eu estou hoje muito mais certo, muito mais confiante, acreditando muito mais no nosso potencial do que eu acreditava há alguns meses.



Se as coisas não acontecem com a rapidez que as pessoas desejam, isso não acontece apenas no crescimento econômico, isso acontece também na nossa vida pessoal. As coisas, muitas vezes, são mais lentas. Hoje, por exemplo, eu ouvi uma crítica de que o programa de segurança, o SUSP, não saiu do papel.

As pessoas acham que existe milagre; nós apresentamos um plano, fizemos um convênio, e agora precisamos introduzir o que, possivelmente, levará alguns anos. E leva alguns anos por quê? Porque durante vários anos passados, não foi feito o que tinha que ser feito no Brasil.

Então, nós precisamos começar a fazer coisas que não foram feitas há muito tempo. E podem ficar certos que nós vamos fazer. Vamos fazer cada coisa que precisa ser feita, com o cuidado que precisamos ter para que o Brasil não tenha nenhum retrocesso.

Eu, outro dia, conversando com alguns companheiros, dizia: “eu não tenho porque fazer a loucura que já foi feita neste país, de inventar um plano com o nome Lula. Nós já tivemos o “Plano Verão”, o “Plano Collor”, o “Plano Bresser”, plano não sei das quantas, eu não estou disposto a levar o Brasil para uma aventura que nós já sabemos qual será o resultado.”

Eu prefiro manter um plano que é o único que pode fazer a economia brasileira dar certo, que é o plano da certeza, o plano da credibilidade, o plano onde não tenha porque não conversar com todos os segmentos da sociedade e ir fazendo os ajustes que têm que ser feitos. Porque pegar as pessoas de surpresa, de madrugada, anunciando idéias mirabolantes, esse filme nós já vimos e, quando acordamos, qual era a dívida que tínhamos que pagar.

Só no meu Governo herdamos 40 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; herdamos 4 bilhões da anistia; e agora herdamos mais 12 bilhões e 400 da URV, de 1993. Era dinheiro que não estava no Orçamento e que nós vamos ter que pagar, porque a Justiça mandou e nós não queremos deixar esqueleto no armário para os nossos sucessores.



Afinal de contas, eu digo sempre que nós não fomos eleitos para governar este país por quatro anos. O nosso mandato é de quatro anos, mas fomos eleitos para criar bases sólidas para que este país possa, definitivamente, se transformar numa grande economia, entrar no rol dos países desenvolvidos e sair do eterno rol dos países em via de desenvolvimento; entrar no rol dos países com política econômica objetiva e concreta, sem os sobressaltos que se tem todo dia por conta da fragilidade da economia brasileira e fazer com que tanto o tal do mercado, como a sociedade brasileira percebam que nós não temos muitas escolhas, não.

A escolha nossa é a seriedade, é a certeza dos objetivos que queremos atingir, é a certeza que a nossa economia precisa voltar a crescer com muita urgência, para que possamos dar respostas à sociedade brasileira, sobretudo aqueles milhões que estão desempregados ou aqueles milhões que querem adentrar o mercado de trabalho.

Quando eu falo de desemprego não falo de programa de Governo, eu falo do desemprego de quem já viveu isso na pele. Tortorello, quando eu morava na rua Padre Mororó, fiquei um ano e dois meses desempregado, portanto, eu sei o que cada trabalhador sente na pele, sente no bolso e sente dentro da família quando fica desempregado. Agora, o emprego também não acontece como passe de mágica, acontece com investimentos. E os investimentos não são tantos quanto gostaríamos de ter.

Mas eu vou dar um dado para vocês: em 2002, dos 262 milhões contratados para saneamento básico, apenas 19 milhões foram liberados; no ano passado, no primeiro ano de Governo, nós liberamos 1 bilhão e 700 milhões de reais para saneamento básico; e este ano vamos liberar – só num acordo que foi feito com o Fundo Monetário – 3 bilhões de reais. Quem é prefeito aqui, como o Tortorello, o Filippi, o Ramon, o Oswaldo e a Maria Inês, sabe quantos anos vocês ficaram sem poder fazer muita coisa em saneamento, porque neste país, lamentavelmente, muitos dirigentes não



gostam de fazer saneamento, pois isso significa manilha embaixo da terra, e manilha embaixo da terra significa não poder colocar nome de parente, porque ninguém vê. Então é melhor construir pontes e viadutos, porque as pessoas vêm.

E saneamento é o que garante, não apenas a geração de empregos, mas a melhoria de qualidade de vida das pessoas, a qualidade de vida das crianças. E isso nós vamos fazer. E vamos fazer com a tranquilidade daqueles que me conhecem há muito tempo. De vez em quando eu ouço dizer: “Não, porque tem crise.” Eu sei que tem crise no Corinthians, que não está ganhando há muito tempo; no São Caetano, certamente, não tem crise. E muito menos tem crise no Governo. Ou seja, o fato de termos divergências políticas, o fato de termos contradições, está longe de alguém poder dizer que existe uma crise.

Se tem uma coisa que as pessoas precisam aprender é que eu nunca na minha vida tive nada com facilidade. Nunca. Para mim, as coisas nunca caíram do céu. Cada conquista, mesmo que fosse milimétrica, era uma briga tremenda, eu apanhava que nem cachorro de rua para conseguir um milímetro. E, depois de tanto apanhar, nós chegamos lá. E agora, o que acontece? Porque nós terminamos o ano de forma tão extraordinária, com otimismo exagerado e, de repente, essa firmeza vai embora? Que crise que aconteceu? Ou será que a crise já é a eleição de 2004? Ou será que as pessoas estavam preocupadas que o meu Partido pudesse ganhar muitas cidades e precisam fazer o debate político? Nós fizemos uma Constituição, em 1988, que deu às prefeituras deste país um montante de recursos que nunca tiveram. Isso foi desmontado nos últimos oito anos.

Agora, de vez em quando, eu me encontro com prefeitos e dá a impressão de que eu sou o culpado. Dá a impressão de que o meu Governo é o culpado pela falência das prefeituras brasileiras, que foram praticamente lesadas nesses últimos oito anos. E para minha felicidade, no último encontro



dos prefeitos brasileiros, 90% das reivindicações que eles fizeram no ano passado, nós já atendemos todas. Isso não foi dito por mim, mas pelo presidente da Associação dos Prefeitos, pelas três que estavam lá. Da mesma forma, os estados brasileiros.

Hoje, eu converso com meus companheiros governadores e todos eles se queixam que os estados estão falidos; estão quebrados; e que não têm dinheiro para investir. Mas isso não aconteceu agora. Meu Deus do Céu, há alguns anos estava todo mundo achando que estava maravilhoso, que se podia vender todas as empresas estatais, que se podia vender tudo, que ia dar tudo certo. E, agora, tentam jogar nas costas do Governo a falência dos estados. Não é possível, nem procuram o culpado, porque a história e o povo saberão ser mais inteligentes e saberão em que momento as coisas não se deram como deveriam.

Nós temos estados e prefeituras que já não podem pagar o salário e o 13º. E a culpa foi de um acordo feito há quatro ou cinco anos, em que os estados tinham que pagar grande parte do que arrecadavam para a União. Mas isso foi um acordo feito entre estados e Governo Federal, quase todos eles do mesmo partido. E, obviamente que o Governo, agora, não pode abrir mão do acordo, porque também não pode assumir a dívida dos estados.

Nós fizemos uma reforma tributária de comum acordo. Nessa reforma os estados estão contemplados, porque foi feita de comum acordo. E a Câmara e o Senado entenderam que isso deveria ser cumprido. Foi criado um fundo de desenvolvimento, com repasse de 30% do CID para que os estados refizessem as estradas e foi feito um acordo para compensar as exportações, da mesma forma que fizemos com os municípios.

Agora, meus senhores, não esperem que eu seja mais do que um Presidente da República. Eu só tenho a Constituição para cumprir, não tenho os poderes de Deus para fazer os milagres que alguns acham que devo fazer, sobretudo na relação com prefeituras e com o governo dos estados. Isso é um



processo e, se depender da minha vontade, ao longo do tempo os estados e os municípios terão mais dinheiro, sobretudo os municípios, porque é lá que o povo mora, é lá que o povo precisa de saúde, é lá que o povo trabalha, é lá que o povo encontra o prefeito ou o secretário. Mas isso tem que ser feito com o tempo, porque eu não posso cobrir um santo e descobrir o outro. É preciso fazer com a tranquilidade que precisa ser feita. E vamos fazer. Já demos uma demonstração, esse ano, de que nós vamos fazer as coisas.

Portanto, eu quero dizer à Direção da GM que se vocês continuarem vendendo carros para a Polícia Rodoviária mais baratos e com boa qualidade, e se o governo do estado de São Paulo continuar abrindo mão do ICMS e, quem sabe, fizer parceria com o Governo Federal, a Polícia Federal nunca mais vai andar com carros de oito ou nove anos de uso, e nem qualquer ladrãozinho vai conseguir enganar o policial.

Boa sorte para vocês, meus parabéns. É uma alegria estar aqui na GM para receber esses 300 e poucos carros, que são os primeiros de uma série que, eu acho, nós deveremos ter daqui para a frente, até porque isso aqui não é um instrumento de passeio, é um instrumento de trabalho. E quanto melhor preparados estiverem, mais certeza teremos que as nossas estradas estarão garantidas.

Muito obrigado a vocês e boa sorte aos trabalhadores.

/rss/cms